

A gestão financeira dos recursos públicos federais transferidos para as escolas estaduais no Estado do Maranhão – Brasil.

Maria Eliana Alves Lima¹, Lucielma dos Santos Melo²

1. Doutoranda em Ciências da Educação – Universidade Lusófona de Tecnologias e Humanidade – ULTH/Lisboa
2. Graduanda do Curso de Pedagogia – Universidade Federal do Maranhão * adm.lucielma@gmail.com

Palavras Chave: *PDE Escola, participação, gestão financeira.*

Introdução

A gestão dos recursos públicos federais transferidos às escolas tem o objetivo de provimento das suas necessidades prioritárias para garantia de seu funcionamento e para promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica, bem com incentivar a autonomia e o exercício da cidadania com a participação da comunidade no controle social.

Entende-se que a gestão escolar é um processo pedagógico por excelência, sustentado pela participação da comunidade escolar nas decisões, buscando soluções e alternativas que viabilizam a melhoria do funcionamento da escola e a gestão em todas as suas dimensões.

Os princípios para a gestão financeira estão formalmente assentados na descentralização da gestão escolar, na participação cidadã numa perspectiva Freireana, que implica fundamentalmente a participação política nas decisões, o que pressupõe uma redistribuição do poder entre órgãos centrais e escolas (Freire, 2000).

Considera-se que a transferência direta dos recursos federais para as escolas é, por um lado, uma conquista histórica do financiamento da educação pública no Brasil, cujos princípios procuram assegurar práticas de descentralização e democratização da gestão escolar e gestão financeira nas escolas, ao mesmo tempo em que uma análise cautelosa do processo de financiamento requer um olhar especial sobre seu impacto junto à oferta e qualidade do ensino.

Discutir essa relação, então, é de extrema relevância para o entendimento da relação entre a política de financiamento e a melhoria das condições de ensino, além da materialização dos aspectos democratizadores da prática da gestão escolar.

Para fins de análise, procurou-se por meio dessa pesquisa relacionar a transferência dos recursos federais para as escolas públicas no Estado do Maranhão e a participação da comunidade escolar nas decisões sobre a aplicação dos recursos.

Resultados e Discussão

A pesquisa buscou compreender os condicionantes imbricados nos processos de gestão democrática das escolas públicas da rede Estadual do Estado do Maranhão quanto à participação da comunidade escolar na gestão dos recursos financeiros do Programa PDE Escola.

A investigação delineou-se nos marcos da pesquisa qualitativa, materializando-se na pesquisa de campo em 15 escolas com utilização de instrumentos de registro e análise do papel da comunidade escolar na aplicação dos recursos repassados à escola.

Entre os anos de 2009 e 2011, o Programa PDE Escola repassou para as escolas contempladas no Maranhão, R\$ 11.805.400,00 (Tabela 1) para o desenvolvimento de atividades pedagógicas.

TABELA 1: ATENDIMENTO DO PROGRAMA PDE ESCOLA ENTRE 2009 E 2011 NO ESTADO DO MARANHÃO

N. DE ESCOLAS CONTEMPLADAS	TOTAL RECEBIDO (R\$)	ALUNOS BEBENEFICIADOS
511	11.805.400,00	246.917

Fonte: Comitê Estadual do PDE Escola/SEDUC/MA

Ao visitar as escolas da Rede Estadual contempladas com repasses nesse período, as questões que nortearam a pesquisa tiveram o interesse de responder a algumas indagações: o que implica a participação da comunidade escolar na gestão dos recursos financeiros? Como o gestor lida com o poder da decisão sobre os recursos da escola? Como a escola gere a participação da comunidade escolar na aplicação dos recursos federais? Como o gestor concebe a dimensão da autonomia da escola na gestão do recurso público?

Das quinze escolas visitadas, em três a comunidade escolar demonstrou ter conhecimento dos recursos recebidos pelas escolas e que foi consultada nas reuniões de conselho sobre as prioridades de aplicação dos recursos. Em doze escolas a comunidade relatou desconhecer o Programa PDE Escola e os fins a que se destinaram os recursos recebidos.

A participação da comunidade escolar na gestão dos recursos financeiros implica em melhor gasto destes recursos para desenvolvimento de ações que promovam a elevação do rendimento escolar dos estudantes, além de cumprir com o princípio da gestão democrática. O conceito de gestão escolar está intrinsecamente associado ao movimento de fortalecimento da democratização de todo o processo pedagógico, que possibilita a participação coletiva com resultados cada vez mais significativos. Assim, a gestão financeira e participativa constitui-se em uma maneira de conduzir uma dada instituição escolar com possibilidades de garantir participação, transparência e, sobretudo, democracia.

Conclusões

Os princípios da gestão financeira, alicerçados na gestão democrática e participativa, não são compreendidos pela comunidade escolar, especialmente pelo gestor escolar, uma vez que das 15 escolas visitadas 12 não tinham nenhum conhecimento e envolvimento com a aplicação dos recursos do PDE Escola. São os representantes da comunidade escolar que têm o papel central na gestão dos recursos transferidos, sendo os responsáveis primeiros pelo seu recebimento, administração e prestação de contas perante a sociedade, portanto a não participação implica que o envolvimento da comunidade escolar com as decisões da escola se dá meramente por formalidade para assinatura de atas e recebimento de documentação escolar dos estudantes e que a escola aplica os recursos conforme prioridade da gestão.